

Fiscalização será mais rígida

» GIZELLA RODRIGUES

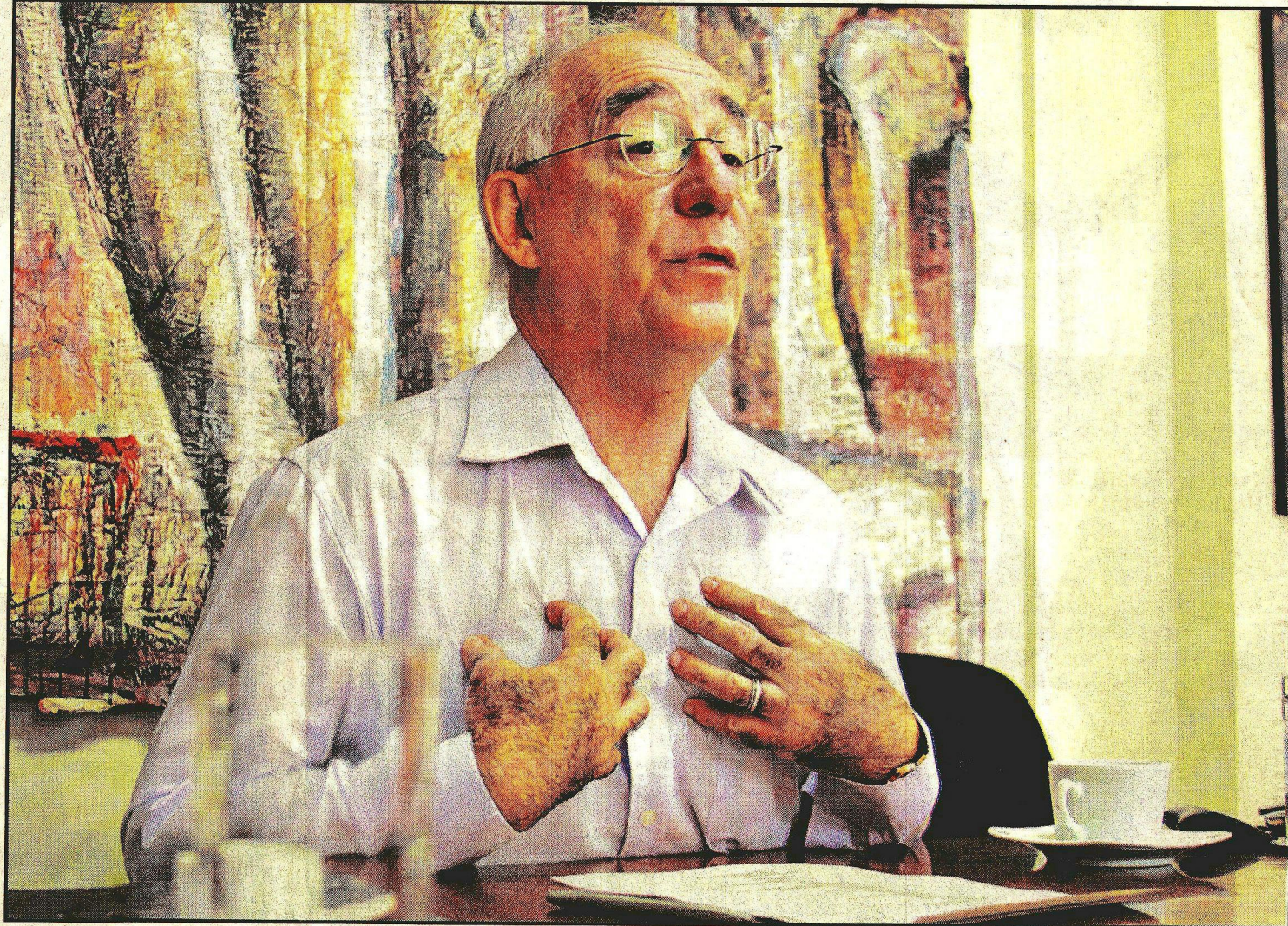
A superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Distrito Federal vai criar uma equipe de fiscalização própria para coibir as agressões ao tombamento de Brasília. O novo superintendente do órgão, José Leme Galvão Júnior, 62 anos, vai colocar em prática a Portaria nº 187, editada pela Presidência Nacional do órgão em junho de 2010, que estabelece infrações e impõe sanções contra pessoas que agredirem bens protegidos em todo o Brasil. A norma estabelece que a coordenação técnica de cada superintendência deve elaborar um plano de atuação, e Galvão pretende reunir e treinar técnicos para desempenhar a função até o fim do ano. "Vamos colocar a fiscalização na rua todo dia", garante.

O paulista do interior do estado é servidor de carreira do Iphan desde 1980 e assumiu a superintendência interinamente em 6 de setembro no lugar de Alfredo Gastal, que comandou o órgão no DF por oito anos. Não tem planos de assumir o cargo definitivamente, disse ter rece-

bido missões da Presidência Nacional do Iphan e começou a mudar a postura da superintendência do DF. Em 25 de setembro, embargou as obras das vias de acesso das asas Sul e Norte ao Eixão, as agulhinhas. No dia seguinte, recebeu representantes da sociedade civil, dando início a uma série de reuniões para garantir a conservação da cidade. "Queremos conquistar a melhor parceria possível com todos os atores do processo de preservação do patrimônio cultural de Brasília", afirma.

Em entrevista exclusiva ao *Correio*, Galvão falou sobre as agressões ao tombamento, os puxadinhos, o relatório da Unesco feito em junho depois de visita dos consultores à Brasília e sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), cuja minuta do projeto de lei foi aprovada na quinta-feira pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan). "Pessoalmente, com relação ao PPCUB, a minha maior dificuldade como arquiteto e urbanista é reconhecer o plano de preservação como tal. Ele é muito mais de alteração, de permissão", critica.

Viola Júnior/Esp. CB/D.A Press - 29/9/12



Quando o senhor assumiu o Iphan, disse que era bom em cumprir tarefas. O Iphan nacional passou alguma missão especial?

Claro. Havia divergências de posições entre o superintendente anterior e as diretrizes vindas da Presidência Nacional. Houve um desgaste, até natural, com a outra administração. Alguns conflitos foram mais específicos, como em relação ao PPCUB e, dentro dele, questões relativas a 901 Norte. O Galvão adotou posições com as quais já vinha trabalhando há oito anos e é até compreensível que ele fosse convicto delas. O órgão também ficou com um problema de pessoal, muito suscetível à chegada e saída de técnicos. A minha missão é fazer com que a superintendência da capital federal se alinhe um pouco mais com a área central e também tentar recuperar uma equipe técnica eficiente, que, hoje, é muito reduzida. Para se ter uma ideia, só eu sou técnico na área de arquitetura aqui. Outra servidora é formada em arquitetura, mas, nos últimos 15 anos, deslocou todo o interesse para a área de arqueologia. O chefe da equipe é historiador. Em pouquíssimo tempo, vamos triplicar esse grupo. Logo vou ter uma engenheira e, em uma questão de dias, uma arquiteta assumirá a vaga de uma pessoa que pediu exoneração. Estamos apenas esperando a autorização do Ministério do Planejamento para contratá-la.

É possível que passe a ocupar definitivamente a superintendência de Brasília?

Me solicitaram para mais essa missão, ficar como substituto

com a saída do Gastal. Não há nenhuma combinação além disso. Administrativamente, há um prazo, e acho que a minha nomeação não pode passar de três meses. Estou aqui por um período transitório, enquanto não acharem outro nome. Não tem nenhum cabimento eu postular qualquer coisa.

O senhor assumiu há menos de um mês e já se nota uma diferença de postura do Iphan, que passou a tomar a iniciativa em vez de agir apenas quando demandado. Essa era uma mudança necessária?

Eu estou tentando fazer uma agenda positiva e não comparativa. Não é uma gestão em oposição a uma situação anterior. Queremos conquistar a melhor parceria possível com todos os atores desse processo de preservação do patrimônio cultural de Brasília. Estamos falando de uma área de 120 quilômetros quadrados que precisa ser preservada. Somente com uma agenda positiva seremos capazes de trabalhar diante do tamanho físico gigantesco da cidade e pequeno da superintendência. Além disso, Brasília é uma cidade com o tombamento muito complexo.

O Iphan não tem fiscais e isso era um problema ao qual o Gastal sempre se referia. A falta de equipe própria atrapalha o combate às agressões ao Plano Piloto?

É verdade. Por isso, vamos inaugurar a nossa própria fiscalização. O Iphan tem uma portaria, de 2010, que estabelece, com bastante rigor, como deve ser feita a fiscalização. Não é possível flexibilizar essa norma



Queremos conquistar a melhor parceria possível com todos os atores desse processo de preservação do patrimônio cultural de Brasília. Estamos falando de uma área de 120 quilômetros quadrados que precisa ser preservada"

"Pessoalmente, com relação ao PPCUB, a minha maior dificuldade como arquiteto e urbanista é reconhecer o plano de preservação como tal. Ele é muito mais de alteração, de permissão"

"O puxadinho sempre foi um problema para a preservação de Brasília. O que é um puxadinho, no fim das contas? Uma ilegalidade"

e eu vou aplicá-la. Colocar fiscais na rua todos os dias. Vamos reorganizar o expediente, a metodologia de trabalho. Os técnicos que tomarão posse nos próximos dias serão capacitados para isso. Quero crer que, ano que vem, a gente contrate mais um ou dois fiscais. Não preciso de muita gente. Basta ter um fiscal com carro, que faço uma dupla feroz.

Qual será o foco da fiscalização?

É obrigação do poder público trabalhar com o espaço público, essa é a premissa. Queremos inaugurar uma fiscalização ambiental, não como a feita pelo Ibama, mas em uma perspectiva cultural. Para que a gente possa ter na área central de Brasília uma espécie de Estatuto de Impacto Ambiental do patrimônio cultural, um relatório de impacto. Assim, a depender do tamanho da intervenção, poderemos analisar o que se pretende, medir os aspectos negativos e positivos. Dessa forma, você não aprova ou impõe restrições, faz exigências. Se for uma ação absolutamente necessária, o estudo indicará como mitigar os impactos.

O descumprimento das diretrizes impostas à conservação do Plano Piloto chegou a colocar em risco o título de Brasília como patrimônio cultural da humanidade. Que avaliação faz das considerações da Unesco?

O relatório é bastante contundente e preciso. Mas é muito importante considerar que a gente só precisa solucionar problemas. Nós somos uma cidade ainda virtuosa e não um problema insolúvel. Naturalmente, algumas iniciativas do Executivo

local precisam ser muito cautelosas. O que nós estamos pedindo, fundamentalmente, é que seja feito um trabalho de planejamento conjunto, que compreenda todo o sistema urbano do Distrito Federal e Entorno. O documento da Unesco traz um apanhado mais geral e fala de procedimentos bastante específicos, avança inclusive em recomendações de ações de governo. É evidente que estamos de acordo com esse relatório e cumprimento desse entendimento. É só aquilo? Não. São dois estranhos que vieram examinar a cidade. A vantagem é que eles estão isentos de ruídos na sua análise. Ficaram impressionados, por exemplo, com a má qualidade do transporte público. Há necessidade de um plano de mobilidade urbana e o Ministério das Cidades está incentivando isso.

O GDF pretende impedir novas agressões com o PPCUB. O que acha do projeto?

A proposta do PPCUB saiu do âmbito da regional e, por determinação da Presidência Nacional, passou a ser tratada lá. Mas há um compromisso nosso de fazer um acompanhamento. A 901 Norte seria um baita problema caso fosse possível, mas o Iphan já disse que não existe essa possibilidade e ponto final. Pessoalmente, com relação ao PPCUB, a minha maior dificuldade como arquiteto e urbanista é reconhecer o plano de preservação como tal. Ele é muito mais de alteração, de permissão. Eu gostaria muito de discutir isso pelo lado oposto da moeda. Me interessa muito, por exemplo, que sejam mantidas taxas de preservação na escala bucólica. Um plano de preservação

tem que explicitar, com precisão, como se preserva esse espaço público. O problema é que o PPCUB se ocupou muito mais em retalhar a cidade, na maioria das vezes, aumentando o gabarito. Ora, isso não é plano de preservação.

O Iphan vai cobrar o cumprimento da lei dos puxadinhos, aprovada há mais de três anos e nunca colocada em prática?

O puxadinho sempre foi um problema para a preservação de Brasília. O que é um puxadinho, no fim das contas? Uma ilegalidade. Deixa eu dar um exemplo. Eu tenho a minha residência e, se o vizinho resolver construir a casa do cachorro dele no meu terreno, eu vou lá, escorraço o cão e ainda chamo a polícia. Aqui em Brasília, o vizinho invade e a gente quase pede desculpa porque ele diz que, como comerciante, tem certos direitos inalienáveis. Ele não tem direito nenhum, tem é muita pretensão. Nós brasileiros somos bastante permissivos com a aplicação da lei e os governantes idem. Cadê a fiscalização? Em 1981, quando eu fui superintendente, fiz um levantamento com o Ministério Público e tinha mais de 300 processos nos comércios. Eu tenho notícia apenas de um que chegou a ter sentença de demolição, mas, depois de 10 anos, o cara não estava mais lá. Esse problema é suportado e até estimulado pela sociedade e pelo governo. Essa norma que fizeram foi uma tentativa de conciliar os interesses, de tentar passar a régua e esquecer a ilegalidade. Vamos botar de acordo com a nova lei, mas regularizar crime não é uma possibilidade.